



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
13ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
13ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Maceió/AL, 01/03/2010

MARÇO/2010
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão

IN – Instrução Normativa

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

MPT – Ministério Público do Trabalho

NUCAP – Núcleo de Capacitação

Port. – Portaria

PRT – Procuradoria Geral do Trabalho

SEDS – Secretaria de Defesa Social

UCC – Unidade Centralizadora de Compras

UJ – Unidade Jurisdicionada

UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

6

REALIZAÇÕES GESTÃO 2009.....	6
ADMINISTRATIVAS.....	6
OPERACIONAIS.....	7

A- CONTEÚDO GERAL

8

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	8
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	10
2.1- Responsabilidades institucionais da unidade:.....	10
b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais:.....	11
c) Programas sob a responsabilidade da unidade:.....	14
d) Desempenho Operacional.....	43
e) Programação Orçamentária.....	47
f) Execução Orçamentária.....	47
g) Indicadores Institucionais.....	51
3. RECURSOS HUMANOS.....	59
a) Composição dos Recursos Humanos.....	59
b) Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009: Não se aplica a UJ.....	60
d) Análise Crítica sobre a situação dos Recursos Humanos.....	61
5. PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR – EXERCÍCIO 2009.....	62
I – Análise Crítica sobre a Gestão do Pagamento de Restos a Pagar de Exercícios.....	62
6. DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009.....	63
Quadro de Detalhamento de Transferências – Não Ocorreu no período.....	63
7. DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009 – NÃO SE APLICA A ESSA UJ.....	63
8. DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009 – NÃO SE APLICA A ESSA UJ.....	63
9. DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009.....	63
Usufrutuários Diretos da Renúncia – Pessoas Físicas – Não Ocorreu no período.....	63
Usufrutuários Diretos da Renúncia – Pessoas Jurídicas – Não Ocorreu no período.....	63
Beneficiários da Renúncia – Pessoas Físicas – Não Ocorreu no período.....	63
Beneficiários da Renúncia – Pessoas Jurídicas- Não Ocorreu no período.....	63
Aplicação de Recursos de Renúncia de Receita pela própria UJ -Não Ocorreu no período.....	63
Prestações de Contas de Renúncia de Receitas - Não Ocorreu no período.....	63
Indicadores de Gestão de Renúncia de Receitas - Não Ocorreu no período.....	63
Declaração sobre a regularidade dos beneficiários - Não Ocorreu no período.....	63
10 – DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07 DE OUTUBRO DE 2009 – NÃO SE APLICA A ESSA UJ.....	63
11. DELIBERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	63
a) Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno – Não houve no período.....	63
b) Relatório de cumprimento das deliberações do TCU – Não houve no período.....	63
12. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007.....	64
a) Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	64

13. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA - SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008..... 65

DECLARAÇÃO

.....
65

B- INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

.....
66

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL..... 66

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme os normativos e orientações emitidas pelo Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União e Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça.

Os itens 2 letra e subitens I, II, III, IV e V, item 2 letra f subitem I de 1 a 5, item 2 letra f subitem III (1 e 2), item 3 I-b, item 6, item 7, item 8, item 9, item 10, item 11, e Parte B item 5 do anexo II da DN TCU nº 100/2009 **não se aplicam à natureza jurídica da UJ.**

[Os itens 4, 7, 8, 9 e 10 da letra A e os itens 2, 3 e 4 da letra B e a letra C do anexo II da DN TCU nº 100/2009 **não se aplicam à natureza jurídica da UJ.**] [ORIGINAL]

REALIZAÇÕES GESTÃO 2009

ADMINISTRATIVAS

No ano de 2009, a 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal AL desenvolveu uma série de atividades em âmbito administrativo, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados e, também, a busca pela eficiência na gestão da coisa pública, das quais podemos destacar:

a) Implementação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, modernizando os procedimentos pertinentes;

b) Realização de Leilão Administrativo onde foram disponibilizados 47 (quarenta e sete) veículos oficiais diversos em hasta pública, atingindo a totalidade de arrematações, gerando uma receita de R\$ 313.650,00 (trezentos e treze mil, seiscentos e cinquenta reais), o que superou a expectativa inicial em 59,82%. Tal medida desonerou a Regional de várias viaturas inutilizadas que impediam a renovação da frota pelo fato de figurarem no patrimônio, portanto, com a respectiva baixa e transferência de propriedade desses veículos, a Superintendência teve seu quadro de viaturas redimensionado à realidade.

Captação de recursos orçamentários na ordem de R\$ 1.026.011,68, destinados a reformas de várias unidades operacionais de Regional, colocando-nos como a quinta

Superintendência mais preocupada com a estruturação física de suas unidades. Esses recursos, em sua maior parte, serão utilizados durante os exercícios de 2010 e 2011.

OPERACIONAIS

No tocante à área fim, nada obstante o trabalho diuturno realizado pelas equipes de plantão, espalhadas ao longo da malha viária federal do Estado, foram desenvolvidas várias ações de fiscalização de trânsito direcionadas e, também, de combate ao crime, dentro de nossa circunscrição e fora dela, não esquecendo de citar as ações de apoio a outros órgãos, onde destacamos:

a) Apoio à Procuradoria Regional do Trabalho em Alagoas, onde foi realizada a segurança dos fiscais da PRT nos trabalhos desenvolvidos em diversas usinas canavieiras do Estado. Tal apoio gerou um montante em multas trabalhistas onde parte foi direcionada à nossa Regional, através de cessão de bens diversos, todos destinados a ação fim da Polícia Rodoviária Federal e que serão utilizados pela PRT quando novamente precisarem realizar fiscalizações que exijam acompanhamento policial.

b) Apoio prestado ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, onde foi realizada a segurança nos locais onde se fez necessário novo pleito eleitoral, em virtude de cassações de mandatos em alguns municípios do Estado.

Diversas operações direcionadas à redução de utilização de bebidas alcoólicas ao dirigir, visando reduzir o número de acidentes motivados por embriaguez ao volante;

Diversas operações direcionadas ao combate de transporte de carga com excesso de peso, visando a manutenção e conservação das rodovias;

e) Operações direcionadas à fiscalização de transporte interestadual de passageiros, visando adequar essa modalidade aos padrões exigidos pela agência reguladora responsável, a ANTT.

f) Operações destinadas ao combate à criminalidade, orientadas principalmente à inibição de assaltos a ônibus e veículos de carga em nossa malha viária federal.

g) Operações destinadas a avaliação do estado de saúde dos motoristas profissionais e demais usuários das rodovias, visando a detecção de fatores de risco e elaboração de indicadores estatísticos, bem como prestando serviços de orientação de saúde pública envolvendo DST, nutrição e outros, distribuindo preservativos e realizando vacinações.

f) Trabalhos educacionais de trânsito direcionados principalmente aos motoristas profissionais que trabalham com veículos de carga combinados (Romeu e Julieta), vinculados às usinas que margeiam os trechos rodoviários sob nossa circunscrição.

Frisamos que tal relatório cita de forma sucinta as realizações dessa Superintendência, destacando-se aquilo que consideramos mais importante. As seções pertinentes emitiram relatórios analíticos que demonstram todas as realizações e resultados obtidos no exercício de 2009.

A- Conteúdo Geral

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação

Poder: Executivo

Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Código SIORG: 000704

Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/AL			
Denominação abreviada: 13ª SRPRF/AL			
Código SIORG: 002815	Código LOA: UJ NÃO É UND.ORÇ.	Código SIAFI: 200129	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(82)3217-9200	(82)3327-9909	
Endereço eletrônico: sup.al@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Desembargador Almeida Guimarães, 22 – Pajuçara – CEP 57.030-160 - Maceió/AL			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição da República Federativa do Brasil - 1988		- Inclui a Polícia Rodoviária Federal no Capítulo III (Da Segurança Pública – Artigo 144).	
Lei nº 8.028, de 12/04/1990		- Inclui a Polícia Rodoviária Federal na área de competência do Ministério da Justiça (Artigo 19).	
Decreto 1655, de 03/10/1995, publicado no D.O.U. De 04/10/1995.		- Define a competência da Polícia Rodoviária Federal, e dá outras providências.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria MJ nº 1.375, de 02/08/2007, publicada no D.O.U. De 06/08/2007 - Dispõe sobre o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não se aplica.		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não se aplica.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
	Não se aplica		

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1- Responsabilidades institucionais da unidade:

I.Competência.

2.1.1 - Missão da Polícia Rodoviária Federal

A missão é a razão de ser da organização. Nesse ponto procura-se determinar qual é o negócio da organização, porque ela existe, ou, ainda, em que tipos de atividades a organização deverá concentrar-se no futuro (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ). Neste sentido, para fins operacionais nos termos definidos no 3º Encontro de Superintendentes e Chefes de Distrito de 2009, considerar-se-á a Missão abaixo descrita.

Preservar a vida, o meio ambiente, a ordem pública e o patrimônio, exercendo papéis proeminentes na promoção da cidadania, dos direitos humanos, dos valores democráticos, da integração nacional e na mobilidade das pessoas e bens.

2.1.2 - Visão da Polícia Rodoviária Federal

A visão é a idealização de um futuro desejado para a organização. Ela deve ser clara, estar em permanente demonstração para a comunidade, ser compatível com os valores da organização e ser ligada as necessidades dos clientes (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ).

Ser reconhecida nacional e internacionalmente como instituição de alta credibilidade, efetividade e competência na prevenção de acidentes de trânsito e de crimes, em articulação com a sociedade, na promoção dos direitos humanos, da cidadania e dos valores democráticos.

2.1.3 - Valores da Polícia Rodoviária Federal

*Para alcançarmos nossa missão, nós afirmamos os nossos valores, que refletem o caráter duradouro da PRF e de seus colaboradores e são ancorados no projeto institucional (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ). São eles: **Honestidade, Transparência, Coragem, Firmeza, Lealdade, Liderança, Solidariedade, Ética, Responsabilidade, Equidade, Cidadania e Compromisso.***

I.Objetivos estratégicos;

Ação Administração da Unidade – ao executar esta ação a UJ buscou suprir as demandas ligadas as atividades meio, contratando serviços, adquirindo equipamentos dentre outras

coisas, de tal modo que fosse possível o desenvolvimento das missões com o máximo de suporte, condições e assessoramento, tudo com o objetivo de alcançar as metas com o máximo de eficiência e com o menor custo.

b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais:

I. Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida e Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

2.2.1.1 - Para fins de alcance dos resultados institucionais o principal mecanismo de trabalho deverá ser a abordagem de pessoas e veículos, devendo esta ser permeada por tratamento cortês, postura e apresentação individual adequadas, clareza e firmeza nas orientações;

2.2.1.2 - Implementar a educação de trânsito no ato da abordagem, difundindo dados estatísticos de acidentes de trânsito, devendo as autuações serem precedidas de esclarecimento das infrações cometidas e dos riscos que elas representam para a segurança de trânsito, de modo a contribuir para a mudança de comportamento dos condutores;

2.2.1.3 - Contribuir com o indicador “sensação de segurança” por meio da visibilidade, disponibilidade, divulgação das ações implementadas, qualidade e profissionalismo no atendimento das ocorrências;

2.2.1.4 - *Incluir na **fiscalização ao transporte de passageiros e cargas** ações de combate ao crime, quando possível com o emprego de grupos táticos e cães farejadores;*

2.2.1.5 - Informar aos passageiros, ao término da fiscalização, a importância do trabalho realizado e, sempre que possível, os dados relativos às apreensões de pessoas e drogas;

2.2.1.6 - Contemplar nos planejamentos operacionais as operações especiais e os comandos específicos, bem como as operações relativas a eventos regionais e nacionais;

2.2.1.7 - Considerar quando da elaboração do planejamento operacional as informações relativas aos pontos críticos de ocorrências de acidentes e crimes;

2.2.1.8 - Fazer o planejamento específico das equipes de ronda e de Postos (Cartão-Programa). As equipes de ronda devem priorizar a fiscalização de infrações de deslocamento e a dos Postos as condições veiculares;

2.2.1.9 - Aumentar a eficiência das abordagens, estabelecendo um padrão;

2.2.1.10 - Controlar os trabalhos dos policiais para fins de avaliação de desempenho e qualidade do trabalho executado;

2.2.1.11 - Implementar a fiscalização de excesso de velocidade com emprego de equipamentos estáticos e portáteis e a fiscalização de alcoolemia com emprego de etilômetros;

2.2.1.12 - Implementar ações de fiscalização a motociclistas, principalmente em áreas urbanas;

2.2.1.13 - Desenvolver políticas de comandos ou operações especiais com o uso do pessoal administrativo das sedes das regionais, mantendo atualizado os policiais da área administrativa;

2.2.1.14 - Realizar eventos de capacitação, abrangendo os temas direitos humanos, cidadania, ética e postura profissional, idiomas, comunicação e relações interpessoais;

2.2.1.15 - Melhorar as condições nos postos para atender aos usuários com mais eficiência, dotando-os de mapas, informações turísticas e equipamentos de informática;

2.2.1.16 - Monitorar os status das comunicações no BR-Brasil e reduzir o tempo de resposta às ocorrências;

2.2.1.17 - Viabilizar a criação de grupos táticas nas delegacias e o fortalecimento dos Núcleos de Operações Especiais;

2.2.1.18 - Integrar as ações de combate ao crime com as atividades de inteligência;

2.2.1.19 - Promover a integração com outros órgãos de segurança pública e de fiscalização.;

2.2.1.20 - Implementar ações para prevenir e combater a corrupção na PRF;

2.2.1.21 - Intensificar as ações multidisciplinares envolvendo todas as áreas das Regionais;

2.2.1.22 - Implementar ações de monitoramento com a utilização de novas tecnologias (câmeras, OCR, etc.);

2.2.1.23 - Implementar os convênios com estados e municípios, através do SAMU, para o atendimento qualificado das vítimas de acidentes de trânsito;

2.2.1.24 - Realizar pesquisas de satisfação dos usuários, periodicamente, utilizando as fichas de fiscalização, verificando aspectos relativos a urbanidade, apresentação individual, clareza e firmeza na orientação/autuação;

2.2.1.25 - Estimular ações de educação para o trânsito nas escolas, empresas, sindicatos, associações, entre outros, por meio de palestras, oficinas e cursos;

2.2.2 - Dentro do cenário vivido durante o exercício de 2009 entendemos como importante destacar os seguintes eventos:

2.2.2.1 – Exoneração do Superintendente Titular e gestão interina do Superintendente Substituto até o final do exercício;

2.2.2.2 – Contingenciamento de recursos financeiros dificultando o pagamentos das despesas já liquidadas;

2.2.2.3 – Contingenciamento de recursos orçamentários limitando a execução das despesas, inclusive as essenciais e de manutenção.

c) Programas sob a responsabilidade da unidade:

AÇÃO:200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Serviços Gerais

Resultados:

Foram empenhadas despesas para reforma dos postos da Delegacia 13/1 desta Regional, compreendendo o esgotamento e reconstrução parcial do muro do PCC União, verificação de vazamentos, torneiras e troca de disjuntor de chuveiro no PCC Maceió. Escavação manual de valas, fornecimento e assentamento de tubos PVC e de duas caixas de inspeção pré-moldadas, reaterro apiloado de valas, tanque séptico, sumidouro, retirada de poste de ferro, alvenaria em bloco de cimento, arame farpado para cerca de estacionamento, bacia sanitária etc, totalizando R\$6.530,60. Também foi providenciada reforma e ampliação do posto de fiscalização de Maceió, totalizando R\$331.762,46. Foram empenhadas despesas com reforma e ampliação nos postos de fiscalização de Palmeira dos Índios, R\$343.163,25 e São Sebastião, R\$324.922,04. As despesas decorrentes desta ação totalizaram o valor de R\$1.006.378,35.

AÇÃO:8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Serviços Gerais

Resultados:

Foi providenciada manutenção nas instalações elétricas no Posto PRF de União dos Palmares, incluindo substituição/instalação de cabos, disjuntores monofásicos e trifásicos, quadros elétricos de comando, barramento de cobre, aterramento, soldas exotérmicas, relé fotoelétrico etc, totalizando uma despesa de R\$4.875,35. Também foi providenciada manutenção nas cobertas da sede desta Regional e do Núcleo de Patrimônio e Material, incluindo instalação de mantas asfálticas, desmontagem e remontagem de cobertura, instalação de telhas de fibrocimento, pintura, aplicação de textura acrílica, limpeza de terreno contíguo, remoção de reboco, aplicação de reboco com impermeabilização, limpeza, recuperação de madeiramento etc, totalizando uma despesa de R\$14.757,98. As despesas na ação 8623 totalizaram o valor de R\$19.633,33.

Os itens referentes à ampliação da telefonia IP em nossa Regional, fazem parte de um projeto nacional, gerido pela CGPLAM/DPRF, visando redução de custos com telefonia, seja ela fixa ou móvel.

A tecnologia de telefonia IP contribuirá para a otimização dos custos da telefonia convencional (móvel e fixa), pois integrará a comunicação de todas as unidades do DPRF, utilizando-se a rede de dados atualmente em uso.

Informamos ainda que encontramos alguns problemas com o fornecimento de alguns itens, quias sejam:

O objeto do empenho 2009NE900311, aquisição de 02 (dois) no-breaks, ao valor total de R\$ 670,00, os mesmos não foram fornecidos em conformidade com o edital, porém a mesma não procedeu as devidas correções, sendo cancelado tal empenho;

O fornecedor VIMAX, até o presente momento não procedeu a entrega do objeto do empenho 2009NE900426.

Estão sendo tomadas as medidas necessárias, cabíveis face o atraso da entrega dos bens, no tocante ao equipamento da VIMAX (04 impressoras a laser).

Em relação aos no-breaks, emitimos a Nota de Empenho conforme o pregão nº 14/2009, da UCC da Sede do DPRF, do qual somos participantes. Tal pregão abrangeu uma grande quantidade de Regionais. Assim, o problema da entrega do bem não foi circunscrito somente a esta Regional, tendo sido informado pela UCC, de que a entrega não mais ocorreria.

<i>Empenho</i>	<i>Valor</i>	<i>Descrição</i>	<i>Aplicação/ Destinação</i>
2009NE900194	R\$ 8.240,00	Aquisição de 04 (quatro) rádios transceptores, VHF BB	Utilizados para prover comunicação entre viaturas e unidades operacionais
2009NE900309	R\$ 9.318,20	Aquisição de 02 (duas) placas E1; 28 (vinte e oito) telefones IP; 06 (seis) adaptadores ATA; 01 (uma) placa GSM	Aplicados na ampliação da telefonia IP no âmbito da Regional
2009NE900310	R\$ 2.450,00	Aquisição de 01 (um) servidor de rede	Aplicado na ampliação da telefonia IP no âmbito da Regional
2009NE900311	R\$ 670,00	Aquisição de 02 (dois) no-breaks	Aplicado na ampliação da telefonia IP no âmbito da Regional
2009NE900412	R\$ 13.850,00	Aquisição de 05 (cinco) notebooks	Aplicados no apoio às atividades administrativas no âmbito da Regional
2009NE900413	R\$ 13.780,00	Aquisição de 10 (dez) microcomputadores	Aplicados no apoio às atividades administrativas e operacionais, no âmbito da Regional
2009NE900426	R\$ 1.488,00	Aquisição de 04 (quatro) Impressoras Laser	Aplicadas no apoio às atividades administrativas e operacionais, no âmbito da Regional

AÇÃO:8698- Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo	Projeto
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas e
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Nutel

Resultados:

Nesta ação foram mantidos os serviços de telefonia móvel, com despesas de R\$83.819,54. Foram viabilizados serviços de conectividade para os palmtops disponíveis para o serviço de campo, equipamento utilizado para autuação em infrações de trânsito e para diversos tipos de consulta pertinentes ao serviço. A conectividade em 2009 foi mantida a um custo de R\$8.624,39. Também foram mantidos os serviços de telefonia fixa, local e à distância, a um custo de R\$53.745,58. Foram efetivadas manutenções em impressoras e aparelhos transceptores, além de instalação de ramais telefônicos, ao custo de R\$2.981,60. Foram empenhadas despesas com aquisição 03 notebooks, para fazer frente à crescente necessidade de uso de equipamentos em locais externos, ao custo de R\$8.310,00. As despesas desta ação totalizaram R\$308244,34.

2.3.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

2.3.2.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

2.3.2.2. Principais Ações do Programa

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal
2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF
2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal
4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais
4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais
4641 Publicidade de Utilidade Pública
86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela 8703- Atividade Correicional
8692-Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais
2720- Ações de Carater Sigiloso na Área da Segurança Pública

2.3.2.3. Gestão das Ações

2.3.2.3.1. Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

2.3.2.3.1.1. Dados Gerais

TIPO	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SRH

2.2.2.3.1.2. Resultados

Não houve execução nesta ação, no ano de 2009.

AÇÃO:2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	LUCIANO DA SILVA FERNANDES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Nutel

Resultados:

Com esta ação, foi providenciada manutenção de radar medidor de velocidade, aparelho dotado de sensor laser com câmera e unidade processadora. Tal equipamento contribui para a redução do número e da gravidade dos acidentes de trânsito, por inibir o excesso de velocidade. Em tal ação, foram despendidos R\$468,00.

AÇÃO: 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Ricardo de Oliveira Betat
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUCAP

Resultados:

CURSOS REALIZADOS NA 13ª SRPRF DURANTE O ANO DE 2009

MÊS	CURSOS	SERVIDORES CAPACITADOS	RECURSOS UTILIZADOS
JAN	<i>Uso Legal e Progressivo da Força</i>	31 PRFs/02 inst	R\$ 2.282,67
	<i>Policiamento e Fiscalização</i>	20 PRFs/02 inst	R\$ 515,52
FEV	---	0	0
MAR	---	0	0
ABR	---	0	0
MAI	---	0	0
JUN	---	0	0
JUL	<i>Direito Penal</i>	22 PRFs/02 adm	0 (UNB)
AGO	<i>Aperfeiçoamento de Direitos Humanos</i>	02 PRFs	0 (PRT)
	<i>Atendimento ao cliente</i>	06 PRFs/06 adm	0 (UNB)
SET	<i>Motociclista Batedor</i>	06 PRFs/03 inst	R\$ 3.055,06
	<i>Prioridades Institucionais do MPT</i>	03 PRFs	0 (MPT)
OUT	<i>Curso Nacional de Polícia Comunitária</i>	04 PRFs	0 (SEDS)
NOV	<i>Legislação de Pessoal</i>	01 PRF	0 (SIPEC)
DEZ	<i>SIAPECAD</i>	01 PRF	0 (MPOG)
	<i>Instrutor de tiro da taurus</i>	01 PRF	0 (Forjas Taurus do Brasil)
	<i>Atualização em levantamento do local de acidentes</i>	89 PRFs/02 multiplicadores	R\$ 927,67

Conforme planejamento deste NUCAP, estava previsto o valor de R\$ 21.148,08, destinado a cursos a serem realizados em 2009, porém não contemplaria um número expressivo de servidores, embora fossem cursos importantes. Houve alteração, pois surgiram parcerias, segundo dados acima.

AÇÃO: 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	<p>Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotécnica. Aquisição e manutenção de etilômetros.</p> <p>Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SPF

Resultados:

Nesta ação, foi mantido o abastecimento regular e a manutenção da frota desta Regional, com despesas de R\$428.050,00 e R\$181.720,86, respectivamente. Foi mantida a alimentação para os cães do canil, R\$3.360,00, adquiridos 40 pisca-piscas de sinalização de trânsito, que se compõem de sinalização luminosa intermitente composta por LEDs de alta intensidade luminosa, lentes de policarbonato, bateria recarregável e recarregador, utilizados em situações em que se requer incremento na sinalização de trânsito, como no atendimento a acidentes e em condições específicas de fiscalização. O referido equipamento é capaz de prover segurança adicional aos usuários das rodovias e às pessoas envolvidas em operações em que se faça uso dele, R\$6.800,00. Adquiridos 16 cavaletes de controle de trânsito, que complementam os fins do equipamento citado anteriormente, R\$7.968,00. Adquiridos 08 perfuradores de pneus tipo esteira de prego, com serventia para bloqueio anti-fuga, R\$5.960,00. Adquiridos 43 kits de limpeza de armas curtas, para pistolas calibre 40S&W e 19 kits de limpeza para armas longa, para carabina calibre 40S&W, R\$1.160,84.

Durante o ano de 2009 foram realizadas diversas Operações de Policiamento específicas de Fiscalização de alcoolemia, excesso de peso, produtos perigosos, ultrapassagem, transporte interestadual de passageiros, ANTT-RNTRC, conforme relação abaixo:

2.1-ALCOOLEMIA (ETILÔMETRO):

Operação LEI SECA I, II, III, IV e V, Operação RESSACA I, II, III, IV, V e VI, Operação PRÉVIA CARNAVALESCA I, II, III e IV.

2.2-FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO (GERAL):

Operação TRÂNSITO SEGURO I, II, III e IV, Operação SERTÃO I e II, Operação ELEIÇÕES LIMPAS I e II.

2.3-FISCALIZAÇÃO DA ANTT

Operação ANTT/COLETIVO I, II, III, IV e V, Operação ANTT/RNTRC I, II e III.

2.4-OPERAÇÕES TEMÁTICAS

Operação TEMÁTICA EXCESSO DE PESO, TEMÁTICA PRODUTOS PERIGOSOS e TEMÁTICA ANTT.

2.5-OPERAÇÕES NACIONAIS E REGIONAIS

Operação CARNAVAL, SEMANA SANTA, TIRADENTES, DIA DO TRABALHADOR, CORPUS CRISTI, SÃO JOÃO, SETE DE SETEMBRO, PROCLAMAÇÃO

DA REPÚBLICA, FINADOS, NOSSA SENHORA APARECIDA, NATAL, ANO NOVO, EMANCIPAÇÃO.

Na parte deste relatório destinada às informações sobre desempenho operacional, encontram-se tabelas com levantamentos e dados estatísticos sobre as operações citadas, bem como sobre acidentes, ocorrendo comparação de dados entre os anos de 2008 e 2009.

AÇÃO:2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUINT

Dados referentes aos trabalhos executados pelo Núcleo de Inteligência/AL durante a gestão 2009

Documentos de inteligência produzidos

ε)Relatórios de Inteligência - 25

φ)Ordem de Missão -31

γ)Plano de Operação -.....31

O Núcleo de Inteligência produziu conhecimento, durante todo o ano de 2009, que resultaram em três operações no Estado de Alagoas, a saber;

- Operação **CICLONE** - No dia 17 de novembro de 2009 foi desencadeada nos estados de Alagoas e Pernambuco uma operação denominada “OPERAÇÃO CICLONE”. O trabalho teve como objetivo principal cumprir 16 mandados de prisão e 32 de busca e apreensão. Foram cumpridos mandados nos municípios de São Miguel dos Campos, Campo Alegre, Teotônio Vilela, Arapiraca e no município pernambucano de Bezerros. Para execução da operação foi utilizado um efetivo total de 150 PRF dos Núcleos de Operações Especiais do DPRF (NOE) e da Divisão de Combate ao Crime (DCC), além de agentes de inteligência e corregedoria de Alagoas, como também o efetivo da delegacia do município de Campo Alegre. Foram utilizadas 40 viaturas caracterizadas e mais 06 descaracterizadas, 01 Helicóptero e 06 cães integrantes do canil DPRF. Ao final da operação foram presas 18 pessoas e apreendidos 10 armas, sendo 03 espingardas cal.12 e 01 metralhadora, 90 munições, além de maconha e crack, 04 veículos e R\$ 7.460,00 apreendidos, além de documentos falsos e 01 camisa da polícia civil.
- Operação **GOLFO PÉRSICO** - No dia 19 de novembro de 2009 a Polícia Rodoviária Federal desencadeou em Alagoas a operação “GOLFO PÉRSICO”. A operação teve como principal objetivo cumprir 29 mandados de busca e apreensão em borracharias e estabelecimentos comerciais instalados, às margens da BR 101, que adulteravam e comercializavam combustíveis clandestinamente. Além de toda a BR 101, foram também cumpridos mandados nos municípios de Joaquim Gomes e Rio Largo. Para realização da “Operação Golfo Pérsico” foi utilizado um efetivo total de 150 PRF dos Núcleos de Operações Especiais do DPRF (NOE) e da Divisão de Combate ao Crime (DCC), além de agentes de inteligência e corregedoria de Alagoas, como também um representante do Ministério Público Federal que acompanhou as buscas na área do assentamento indígena. Foram utilizadas 40 viaturas caracterizadas e mais 06 descaracterizadas e 01 aeronave. Ao final da operação, 18 pessoas foram presas e encaminhadas às delegacias daqueles municípios. Foram apreendidos mais de 18.000 litros de combustíveis, além de armas e animais silvestres.
- Operação **UIRAPURU** - No dia 21 de novembro de 2009 a Polícia Rodoviária Federal desencadeou em Alagoas a operação “UIRAPURU”. A operação teve

como principal objetivo cumprir 07 mandados de busca e apreensão em locais que realizavam maus tratos a animais (Rinhas de Galo), como também comercializavam aves silvestres. Para realização da “Operação Uirapuru” foi utilizado um efetivo total de 80 PRF, além de agentes da inteligência e corregedoria, do IBAMA e polícia civil. Foram utilizadas 20 viaturas caracterizadas e mais 06 descaracterizadas. Ao final da operação, 123 pessoas foram presas e encaminhadas às delegacias daqueles municípios. Foram apreendidos mais de 380 galos, 03 armas e 49 aves silvestres. Também foram encaminhados ao conselho tutelar, 01 menor e mais 07 adolescentes.

A Central de Informações Operacionais (CIOP/AL) encaminhou ao NUIINT em 2009, um total de **42 denúncias** sobre crimes diversos.

O NUIINT iniciou em 2009 o projeto para implantação da Segurança Orgânica nas instalações da 13ªSRPRF-AL.

Pela natureza e grau de sigilo dos trabalhos desenvolvidos pelo núcleo de inteligência, ficamos impedidos de divulgar maiores informações.

AÇÃO:4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	Lejandre Monteiro
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SRH

Em 2009, houve um incremento de 15% no número de atendimentos a Motoristas por operação (foram 316 atendimentos em 07 Operações – 3 comandos a mais que o mínimo

estabelecido pela DISAS/DPRF). Nos CSR os Motoristas Profissionais e demais usuários das Rodovias são atendidos por profissionais de saúde visando a detecção de fatores de risco e criação de indicadores estatísticos, sendo ainda oferecidos diversos outros serviços, tais como vacinação, distribuição de preservativos, orientação sobre: Trânsito, Alimentação Saudável, DST, entre outros. O detalhamento é demonstrado na planilha abaixo:

		Datas dos Comandos:							TOTAL
		18/Mar	25/Mai	30/Jun	24/Jul	17/Set	25/Set	22/Out	
Efetivo PRF		17	3	10	13	10	10	12	75
Efetivo Externo		4	0	4	13	6	4	1	32
TOTAL de Motoristas Examinados		47	46	46	47	55	53	22	316
Carga Horária Excessiva	Examinados	47	0	46	47	54	53	22	269
	Alterados	27	0	22	1	3	2	5	60
Envolvimento em Acidentes	Examinados	47	0	46	47	54	53	22	269
	Alterados	12	0	12	14	9	2	3	52
Medicamentos impróprios	Examinados	47	0	46	47	54	53	22	269
	Alterados	0	0	0	0	0	0	0	0
Tabagismo	Examinados	47	0	46	47	54	53	22	269
	Alterados	13	0	11	5	9	10	6	54
Etilismo	Examinados	47	0	46	47	54	53	22	269
	Alterados	0	0	0	0	1	1	0	2
Sonolência Diurna	Examinados	47	0	46	47	54	53	22	269
	Alterados	3	0	0	0	0	0	0	3
Acima do peso	Examinados	47	46	45	43	54	53	19	307
	Alterados	41	6	31	36	38	40	15	207
Circunferência Abdominal	Examinados	47	46	45	43	54	53	19	307
	Alterados	21	6	18	25	26	27	9	132
Circunferência Cervical	Examinados	47	46	45	43	54	53	19	307
	Alterados	1	0	1	0	1	2	0	5
Gordura Corporal	Examinados	47	36	45	43	54	53	19	297
	Alterados	42	14	39	42	47	39	15	238
Pressão Alta	Examinados	47	46	46	47	55	53	19	313
	Alterados	21	2	19	13	33	21	9	118
Frequência Cardíaca	Examinados	47	46	46	43	54	53	19	308
	Alterados	9	14	3	6	4	2	0	38
Saturação de O2	Examinados	47	46	45	43	54	53	19	307
	Alterados	2	0	1	2	0	0	1	6
Força Manual D	Examinados	47	6	45	43	55	52	21	269
	Alterados	4	0	0	0	1	1	1	7
Força Manual E	Examinados	47	6	45	43	55	52	21	269
	Alterados	4	0	0	0	1	1	0	6
Acuidade Auditiva	Examinados	47	46	45	43	55	52	21	309
	Alterados	2	0	0	0	1	2	1	6
Acuidade Visual	Examinados	47	46	45	43	55	53	21	310
	Alterados	26	12	9	14	17	19	6	103
Visão Estereoscópica	Examinados	47	46	45	43	55	53	21	310
	Alterados	0	0	0	0	0	0	0	0
Visão Cromática	Examinados	47	46	45	43	55	53	21	310
	Alterados	0	0	0	0	0	0	0	0
Reação ao Ofuscamento	Examinados	47	46	45	43	55	53	21	310
	Alterados	1	1	0	0	0	0	0	2
Campimetria	Examinados	47	46	45	43	55	53	21	310
	Alterados	0	0	0	0	0	0	0	0
Hiperglicemia	Examinados	47	46	45	46	55	52	0	291
	Alterados	0	0	2	5	0	0	0	7
Hipercolesterolemia	Examinados	47	46	45	0	55	0	0	193
	Alterados	30	3	1	0	4	0	0	38
Hipertrigliceridemia	Examinados	47	46	45	0	55	0	0	193
	Alterados	10	1	19	0	12	0	0	42

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NOE

*Participação do NOE/AL na **OPERAÇÃO PORTAL** em Rondonia, conforme Memorando Nº 139/2009-DCC, com grande relevância no combate aos crimes ambientais, colaborando e adquirindo experiência nesta área tão importante;*

*Deslocamento das equipes do NOE/AL para participar da **OPERAÇÃO GRALHA AZUL**, conforme Aditamento 002 à OS Nº 025/2009-CGO e Memorando Nº 102/2009 SPF/13ª, até o estado do Paraná;*

Escolta do Presidente do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Ministro GILMAR MENDES;

*Operações ONN's '**OPERAÇÃO NACIONAL DOS NOE's**' coordenadas pela DCC;*

Eleições municipais em cidades do estado de Alagoas, reforçando as forças policiais no combate aos crimes eleitorais;

*Operações no combate ao narcotráfico, realizadas no sertão do estado de Alagoas, "**OPERAÇÃO CAATINGA**";*

As equipes realizaram a segurança de Ministros de Estado durante o período de 19 a 25 de julho, acompanhando-a e a sua equipe desde Aracaju-SE até a cidade de João Pessoa-PB;

O NOE acompanhou a inspeção realizada pela SENASP no estado de Alagoas, com relação aos equipamentos e viaturas doadas ao governo do estado;

OPERAÇÃO SANGRIA: *A equipe realizou busca e apreensão determinada pelo Juiz da comarca de Cabedelo / PB na residência do Sr. Arnaldo Genésio de Oliveira, na Rua Horácio Luiz Pereira da Silva, 31, Favela Boa Esperança, João Pessoa / PB. Encontramos na residência diversos depósitos para acondicionar combustível, mangueiras, funis, lacre e combustível. O proprietário da casa foi preso em flagrante, encaminhado para a 9ª delegacia de polícia civil onde foi autuado. Após a conclusão do flagrante levamos o material apreendido até a delegacia de Cabedelo, conforme determinação do Ministério Público.*

A operação conjunta entre a PRF e o Ministério Público do estado da Paraíba contou com policiais dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Houve grande destaque na mídia da Paraíba e até nacional (Jornal Hoje – Globo);

Foi realizada em conjunto com o Núcleo de Inteligência, ações no combate aos assaltos a ônibus e cargas, tendo o apoio da Polícia Civil e do Ministério Público Estadual;

Devido ao aumento dos assaltos a ônibus na região, a equipe NOE desenvolveu trabalhos voltados ao combate desse tipo de delito. Trabalhando em conjunto com o NUIP/AL com a finalidade de coibir e evitar o aumento desse tipo de crime nas rodovias que cortam o Estado de Alagoas. Durante o serviço, foram presos vários indivíduos envolvidos em assaltos a ônibus e carga, demonstrando que o trabalho em equipe potencializa o resultado positivo;

*Participação das equipes NOE no planejamento, na preparação e na execução da **OPERAÇÃO GOLFO** realizada no Estado de Alagoas, contando com o trabalho em conjunto com a Polícia Civil e Ministério Público, sob a coordenação da Divisão de Combate ao Crime;*

*Participação das equipes NOE no planejamento, na preparação e na execução da **OPERAÇÃO CICLONE** realizada no Estado de Alagoas, contando com o trabalho em conjunto com a Polícia Civil e Ministério Público, sob a coordenação da Divisão de Combate ao Crime;*

*Participação das equipes NOE no planejamento, na preparação e na execução da **OPERAÇÃO UIRAPURU** realizada no Estado de Alagoas, contando com o trabalho em conjunto com a Polícia Civil e Ministério Público, sob a coordenação da Divisão de Combate ao Crime;*

*Participação das equipes NOE na **OPERAÇÃO MACAMBIRA** realizada no Estado de Pernambuco, na região do Sertão, com algumas peculiaridades com relação ao clima, a vegetação e o ambiente operacional como um todo;*

*Participação das equipes NOE no planejamento, na preparação e na execução da **OPERAÇÃO ARATUBA** realizada no Estado do Ceará, sob a coordenação da Divisão de Combate ao Crime;*

Participação das equipes NOE em operações com a Procuradoria Regional do Trabalho, agindo como força policial na segurança dos auditores e procuradores envolvidos na fiscalização em busca de irregularidades nas diversas regiões do estado de Alagoas.

CONCLUSÃO

Durante o ano de 2009 nos deparamos com um aumento considerável na frota de veículos transitando nas Estradas e Rodovias Federais em Alagoas. Trabalhamos para a diminuição de acidentes e criminalidade, em alguns índices conseguimos melhor resultado do que em outros, mas levando-se em conta que a frota de veículos cresceu 12,24 %, enquanto nosso efetivo apenas diminuiu (164 em 2008 e 163 em 2009), concluímos que o resultado foi satisfatório, embora trabalhamos para independente do efetivo, consigamos melhorar o resultado em 2010.

AÇÃO:4641 Publicidade de Utilidade Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	AFRÂNIO ANDRADE
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Resultados:

Nesta ação foram adquiridos 05 banners, estrutura em alumínio, com acabamento superficial fosco, com tripé, base articulada e acabamento superficial fosco, para uso como plano de fundo em entrevistas, inclusive apresentando o número telefônico 191, utilizado para as emergências sob a competência deste Órgão. Foram executadas despesas de custeio para o fim, no total de R\$2.530,00.

AÇÃO:86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DMP
Coordenador nacional da ação	Jerry Adriane Dias Rodrigues
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NMP

Resultados:

Não houve execução nesta ação, no ano de 2009.

AÇÃO:2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COINT
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUINT

Resultados:

Não houve execução nesta ação, no ano de 2009.

AÇÃO: 8692- Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUCAP

Foram ministradas sete palestras para empresas voltadas à área de transporte, notadamente em usinas Sucro-alcooleiras no Estado de Alagoas, sendo montado também um estande em 18 de setembro de 2009, no município de Santana do Ipanema, no evento denominado 2º Santana Moto Fest. Neste evento, houve visitação aproximada de 1100 pessoas

AÇÃO: 8703- Atividade Correicional

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Corregedoria Geral
Coordenador nacional da ação	CIDENOR GUERRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Corregedoria Regional

Apresentamos o Relatório de Gestão da Corregedoria Regional, analisando os aspectos constantes no Planejamento estabelecido pela Corregedoria-Geral, e as atividades correicionais e operacionais desenvolvidas em âmbito regional e nacional no ano de 2009.

MACRO-OBJETIVOS	FATORES POSITIVOS E NEGATIVOS
1	<p><i>*Os procedimentos de diligências preliminares e instrução preliminar foram melhor geridos pelo Chefe do NUAL com a inserção de um servidor para o núcleo, possibilitando que os trabalhos fossem realizados em um espaço de tempo reduzido, gerando uma demanda processual para análise e conseqüente processamento disciplinar por parte da Corregedoria Regional.</i></p>
2	<p><i>*Disponibilização por parte da CG de equipamentos para os trabalhos de investigação correicional da 13ª. Ex: filmadora, GPS, gravadores digitais, câmera digital, notebook, dentre outros.</i></p>
3	<p><i>*A capacidade de processamento desta Corregedoria Regional/13ª foi prejudicada em virtude do baixo efetivo capacitado da Regional, utilizando-se com freqüência os servidores que exercem funções de chefia, que em média estavam atuando em três comissões de PAD sem deixar suas atividades diárias.</i></p> <p><i>*Contando com a colaboração da 11ª SRPRF/PE, com a disponibilização de uma Comissão de PAD, e os esforços desenvolvidos pelos servidores, que em, sua maioria exercem funções de chefia nesta regional, conseguimos atingir a meta anual estabelecida pela Corregedoria-Geral no planejamento do ano de 2009.</i></p>
4	<p><i>*Diante do reduzido quantitativo de servidores capacitados, esta Corregedoria Regional/13ª vem realizando um revezamento dentre tais servidores na atuação em procedimentos disciplinares, como também inserindo outros que ainda não se encontram efetivamente capacitados. Ressaltando que existe uma enorme resistência dos servidores para atuar em procedimentos disciplinares.</i></p> <p><i>*Durante o ano de 2009 houve a capacitação de 03 (três) servidores desta Regional em curso básico de PAD promovido pela CGU.</i></p> <p><i>*A meta de utilização do banco de talentos de servidores foi atingida considerando o percentual de 60% de aproveitamento dos servidores capacitados em PAD.</i></p>

Quanto as metas estabelecidas no planejamento da Corregedoria-Geral para o ano de 2009, com dados consolidados até o mês de novembro/09 atingimos os seguintes percentuais:

METAS/MACRO-OBJETIVOS	META INDIVIDUAL DA	META ATINGIDA ATÉ
-----------------------	--------------------	-------------------

	REGIONAL PARA 2009	NOVEMBRO/2009
META 01 – Reduzir as ocorrências geradoras de ações de correição em, no mínimo 10%.	- 20%	- 46,43%
META 03 – Reduzir o número de processos disciplinares pendentes junto às Corregedorias Regionais em no mínimo 20% até o final de 2009	- 30%	- 27,27%
META 04 – Promover o aproveitamento, ao longo do exercício, de no mínimo 50% do efetivo apto a atuar em PAD	50%	60%

Em nossa Regional, o Acompanhamento Geral de Serviço – AGS, instrumento que modificou a sistemática de inspeções no âmbito do DPRF/MJ, instituído pela Instrução de Serviço nº 02, de 11 de dezembro de 2007, do Sr. Corregedor-Geral Substituto do DPRF/MJ, não tem sido utilizado de forma adequada pelos chefes de delegacia, considerando que estes deveriam atuar como gestores em suas respectivas delegacias, promovendo a condução do trabalho com maior eficiência. Abaixo verifica-se os dados de AGS desta regional:

ACOMPANHAMENTO GERENCIAL DE SERVIÇO		
2009		
UNIDADES	QUANTIDADES	PERCENTUAL
CORREGEDORIA REGIONAL/13^a	17	32,07%
1^a DELEGACIA	23	43,40%
2^a DELEGACIA	13	24,53%
3^a DELEGACIA	0	0,00%
TOTAL	53	100%

Informo ainda a participação correicional nas diversas operações da Seção de Policiamento e Fiscalização/13^a, conforme o quadro abaixo:

OPERAÇÕES 2009					
INSPEÇÕES	3	CARNAVAL	TIRADENTES	CORPUS CHRISTI	
POSTOS FIXOS	15		5	6	
EQUIPES DE RONDA	13		3	6	
EQUIPES DE REFORÇO	26		6	16	
CIOP	3		2	2	
TOTAL	57		16	30	103 Inspeções realizadas
SERVIDORES INSPECIONADOS	101		27	53	181 servidores inspecionados
Km percorridos nas inspeção	1.465 KM		496 KM	562 KM	2.523 Km percorridos

Participamos através dos membros do NUIAI/13ª e da Corregedoria Regional diretamente das investigações preliminares, planejamento e execução da Operação Asa Delta, que englobou as Operações Ciclone, Golfo e Uirapuru, realizadas por nossa regional no mês de novembro de 2009.

Durante o ano de 2009, o Chefe do Núcleo de Assuntos Internos e Corregedor Substituto, Inspetor Azevedo, participou de diversas operações de investigação correicional promovidas pela Corregedoria-Geral em diversos Estados do Brasil, objetivando apuração de fatos denunciados à Corregedoria-Geral, com o intuito de promover o combate repressivo de atividades ilícitas praticadas pelos servidores do DPRF/MJ:

ORDEM DE MISSÃO	Estado	Prisões de servidores
006/2009 - CG	PARAÍBA	1
025/2009 - CG	BAHIA	1
036/2009 - CG	PARÁ	1
008/2009 - 11ª SRPRF/PE	PERNAMBUCO	2
059/2009 – CG	PIAUÍ	0

Finalizando as atividades do ano em curso, participamos do Encontro Nacional de Corregedoria 2009, no período de 29 de novembro a 06 de dezembro de 2009, onde foram

apresentados os índices de desempenho das Corregedorias Regionais, considerando as metas pré-estabelecidas pela Corregedoria-Geral para o ano de 2009, ficando sob a responsabilidade de cada regional a elaboração de seu plano de ação das atividades preventivas e corretivas, bem como a elaboração do planejamento com o estabelecimento de metas para o ano de 2010.

No referido encontro destacamos a participação efetiva de nossa Regional como a mais eficiente, considerando o índice de apenação dos Processos Administrativos Disciplinares, encerrados até o mês de outubro/09 com índice de 100% dentre todas as unidades da federação, eficiência repetida, considerando todos os processos que passaram pela Corregedoria Regional no ano de 2009, encerrados com punição e arquivados por falta de objeto (sem materialidade e autoria definidos) com o índice de 50% dentre todas as unidades da federação. Os dados abaixo apresentados foram objeto de palestra/apresentação específicas da Divisão de Gestão Correicional da Corregedoria-Geral do DPRF/MJ:

IAP POR SAD/PAD ENCERRADOS 2009	
REGIONAL	PERCENTUAL
18ª SR/MA	0,00%
2ª SR/MT	4,20%
4ª SR/MG	47,10%
21ª RO/AC	64,30%
13ª SR/AL	100,00%

IAP POR PROCESSOS ENCERRADOS 2009	
PAD/SAD ENCERRADOS E ARQUIVADOS POR FALTA DE OBJETO	
REGIONAL	PERCENTUAL
18ª SR/MA	0,00%
2ª SR/MT	3,00%
4ª SR/MG	11,40%
21ª RO/AC	20,50%
13ª SR/AL	50,00%



2.3.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

2.3.3.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

2.3.3.2. Principais Ações do Programa

2000 Administração da Unidade

2003 Ações de Informática

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

2.3.3.3. Gestão das Ações

2.3.3.3.1. Ação 2000 Administração da Unidade

2.3.3.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SAF

Na tabela a seguir, constam os resultados da Ação 2000 – Administração da Unidade:

VL.R. DESPENDIDO	DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS
R\$ 10.082,13	Despesas com Auxílio-funeral.
R\$ 32.514,76	Foram deslocados servidores desta Regional para atuarem como Instrutores no Curso de Formação Profissional 2009, destinado a formar os servidores recém-convocados, provenientes de aprovação em concurso público para provimento de vagas para o cargo de Policial Rodoviário Federal. Foram realizadas despesas de custeio para tal fim, por meio de pagamento de passagens aéreas e diárias.
R\$ 7.835,92	Foram deslocados os chefes da Seção Administrativa e Financeira, bem como dos Núcleos de Patrimônio e Material, Serviços Gerais e Orçamento e Finanças, para o Encontro Anual da Área Administrativa e Financeira, onde foram tratados assuntos pertinentes às áreas relacionadas, estabelecidas metas e padronizados procedimentos. Foram realizadas despesas de custeio para tal fim, por meio de pagamento de passagens aéreas e diárias.
R\$ 3.335,30	Foram deslocados os chefes de Seção de Policiamento e Fiscalização e de Núcleo de Policiamento e Fiscalização, para reunião junto à Coordenação Geral de Operações, para esabelecimento de diretrizes operacionais referentes a reforço de policiamento e fiscalização de trânsito e dos transportes interestaduais e internacionais nas rodovias federais. Também houve deslocamento de servidores para participar de evento destinado à elaboração do Manual de Acidentes do DPRF, imprescindível para a padronização das atividades inerentes. Foram realizadas despesas de custeio, com diárias e passagens aéreas, para realização dos deslocamentos.
R\$ 1.185,71	Realização de diligências necessárias ao fiel cumprimento das diretrizes constantes na Instrução Normativa nº 04/2007/CRRH/DPRF/MJ, de 08/10/2007, que regula a avaliação dos procedimentos irrepreensíveis e de idoneidade moral inatacável no processo seletivo ao cargo de Policial Rodoviário Federal, nos estados do Pará e Mato Grosso.
R\$ 1.249,41	Foi viabilizada a participação no I Encontro de Superintendentes e Chefes de Distrito, onde foram avaliadas as mais diversas questões concernentes às atribuições do Superintendente, no que tange a avaliação de objetivos a atingir e elaboração de metas.
R\$ 2.214,60	Foi viabilizada a realização do Leilão de Veículos Oficiais nº 001/2009, com aquisição de material gráfico para divulgação e com reconhecimento de firma do Sr. Superintendente desta Regional, referente à alienação dos veículos leiloados.
R\$ 34.764,21	Foi viabilizada a participação de dois integrantes do Núcleo de Telemática desta Regional, na 8ª Reunião de Trabalho CGPLAM/NUTEL (Coordenação Geral de Planejamento e Modernização/Núcleos de Telemática), onde foram delineadas as ações e providências pertinentes à área, debatendo-se questões referentes ao parque tecnológico do DPRF e aos sistemas utilizados. Outros dois servidores participaram de evento a nível nacional, um do Núcleo de Multas e Penalidades e um do Núcleo de Documentação, para tratativa de temas correlatos, incluindo padronização de procedimentos. Para esses fins, foram realizadas despesas de custeio, com diárias e passagens aéreas.
R\$ 948.994,52	Foram mantidos diversos serviços imprescindíveis para o dia-a-dia da administração desta Unidade Regional, como as publicações no Diário Oficial da União, fornecimento de água canalizada, de energia elétrica, entre outros. Foram adquiridos materiais de consumo, como água mineral; incremento da segurança por meio de afixação de grades metálicas em portas, janelas e caixas de ar condicionado, do edifício sede, almoxarifado e garagem das motocicletas desta Regional. Adquirido material de expediente e elétrico, bem como copos descartáveis e resmas de papel. Através de despesas de investimento, foi empenhada a instalação de um transformador de 50kwa, nas dependências onde se encontra o almoxarifado, haja vista a qualidade precária da energia elétrica fornecida naquele ambiente. Também foram adquiridas 20 câmeras digitais, face obrigação legal recentemente imposta em se fotografar locais de acidente. Com a contratação de mão-de-obra terceirizada, mantivemos os serviços de limpeza e conservação predial, de vigilância armada de imóveis desta Regional, de serviços de telefonistas e de recepcionistas. Foram providenciados pagamentos de diárias para deslocamentos correlatos às atividades administrativas desta Regional. Em síntese, ocorreram R\$198866,39 em despesas com serviços em geral, R\$18068,74 com diárias, R\$48648,74 com material de consumo, R\$660532,65 com locação de mão-de-obra, R\$14578,00 com obras e instalações e R\$8300,00 com aquisição de material permanente.
R\$ 1.354,74	Foi deslocado um servidor desta Regional, para auxiliar na logística do Leilão de Veículos Apreendidos, ocorrido na Regional da PRF localizada no Rio Grande do Norte. O servidor se deslocou com viatura equipada com equipamento 'munk', realizando diversos deslocamentos transportando veículos apreendidos, de forma a viabilizar a realização do leilão. Para tais providências, foram realizadas despesas de custeio, com diárias.
R\$ 1.043.531,30	TOTAL DE DESPESAS COM A AÇÃO 2000

Ação 2003 - Ações de Informática

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DITEL/CGPLAM
Coordenador nacional da ação	EDNILSOM BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUTEL

Resultados:

Foram realizadas despesas de investimentos, com os resultados elencados na tabela a seguir:

Empenho	Valor	Descrição	Aplicação/ Destinação
2009NE900240	R\$ 4.779,80	<i>Aquisição de 02 (duas) impressoras laser multifuncionais</i>	<i>Aplicadas no apoio às atividades administrativas no âmbito da Regional</i>
2009NE900241	R\$ 2.400,00	<i>Aquisição de 04 (quatro) monitores cristal líquido de 22 polegadas.</i>	<i>Utilizados nas atividades técnico-operacionais no âmbito da Regional</i>

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CÂMARA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SRH

Resultados:

Não houve execução nesta ação, no ano de 2009.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

I. Indicadores de Desempenho

FISCALIZAÇÃO / CRIMINALIDADE

FISCALIZAÇÕES	2.008	2009	%
VEIC. FISCALIZADOS	94.010	86.440	-8,1%
NOTIFICAÇÕES	17.780	16.812	-5,4%
VEIC. RETIDOS	1.092	1.357	24,3%
CNH'S RECOLHIDAS	72	157	118,1%
ANIMAIS RECOLHIDOS	565	734	29,9%
AUXÍLIOS	1.166	932	-20,1%
CRIMINALIDADE	2.008	2009	%
ASSALTOS A ÔNIBUS	12	18	50,0%
ASSALTOS A VEIC.CARGA	20	14	-30,0%
ASSALTOS A PARTICULARES	18	16	-11,1%
VEIC. RECUPERADOS	107	81	-24,3%
ARMAS APREENDIDAS	54	36	-33,3%
PESSOAS DETIDAS	295	556	88,5%

ACIDENTES

TOTAL do DPRF	Ano 2008	Ano 2009	Resultado
<i>Acidentes Com Mortos</i>	5360	5709	<i>Aumento de 6,51 %</i>
<i>Acidentes Com Vítimas</i>	46452	51144	<i>Aumento de 10,10 %</i>
<i>Acidentes Sem Vítimas</i>	82640	94319	<i>Aumento de 14,13 %</i>
Nº TOTAL de Acidentes	134452	151172	Aumento de 12,44 %
Soma de Feridos	77486	85885	Aumento de 10,84 %
Soma de Mortos	6590	7022	Aumento de 6,56 %

13ªSRPRF – NÚMEROS ABSOLUTOS

TOTAL da 13ªSRPRF	Ano 2008	Ano 2009	Resultado
<i>Acidentes Com Mortos</i>	87	109	<i>Aumento de 25,29 %</i>
<i>Acidentes Com Vítimas</i>	752	839	<i>Aumento de 11,57 %</i>
<i>Acidentes Sem Vítimas</i>	939	966	<i>Aumento de 2,88 %</i>
Nº TOTAL de Acidentes	1778	1914	Aumento de 7,65 %
Soma de Feridos Leves	808	936	Aumento de 15,84 %
Soma de Feridos Graves	450	553	Aumento de 22,89 %
Soma de Mortos	101	125	Aumento de 23,76 %

13ªSRPRF – Nºs RELATIVOS COM O AUMENTO DA FROTA NO ESTADO

TOTAL DA 13ªSRPRF	Ano 2008	Ocorrênci a/Frota	Ano 2009	Ocorrênci a/Frota	Resultado (Ocorrência/ Frota)
<i>Acidentes Com Mortos</i>	87	0,00025	109	0,00028	<i>Aumento de 11,62 %</i>
<i>Acidentes Com Vítimas</i>	752	0,00218	839	0,00217	<i>Redução de 0,60 %</i>
<i>Acidentes Sem Vítimas</i>	939	0,00272	966	0,00249	<i>Redução de 8,35 %</i>
Nº TOTAL de Acidentes	1778	0,00515	1914	0,00494	Redução de 4,04 %
Soma de Feridos Leves	808	0,00234	936	0,00242	Aumento de 3,20 %
Soma de Feridos Graves	450	0,00130	553	0,00143	Aumento de 9,48 %
Soma de Mortos	101	0,00029	125	0,00032	Aumento de 10,26 %

II. Análise do Desempenho

Analisando os números do ano de 2009 e comparando aos apurados em 2008, observamos que iniciamos 2009 com aumento no nº de acidentes de 11,59%, indo em seguida para 20,85% em fevereiro. Nos meses seguintes os números tenderam a uma aproximação aos apurados no mesmo período de 2008, chegando a 5,55% em Nov/09, entretanto os maus resultados obtidos

em Agosto/09, Novembro/09 e os 221 acidentes do mês de Dezembro/09 (pior resultado em 11 anos) empurraram o índice para 7,65%, sendo ainda inferior aos 12,44% de aumento dos números do DPRF.

Quanto as VÍTIMAS, verificou-se comportamento semelhante aos apurados para acidentes, entretanto iniciou 2009, com redução no nº de feridos Leves e Mortos, sendo que a redução no nº de mortos foi mantida em Fevereiro/09, tendo um pico em Março/09 (20 mortos – 2º pior resultado desde a implantação do Sistema Datatran). No Geral tivemos um bom mês de Janeiro, seguido de picos em Fevereiro (feridos) e Março (mortos); tendência de aproximação aos nº apurados em 2008 até junho; novo pico em Agosto, seguido de leve tendência de queda até Novembro.

*Quando ao GRAU DE LETALIDADE, registrou-se alta em 2009, sendo necessários apenas **15,3** Acidentes para cada morte nas estradas, contra **17,6** acidentes por morte em 2008 (aumento de 13,1%).*

*Entretanto não se pode analisar nº de acidentes de forma isolada, todos os dias milhares de veículos e condutores novos são incorporados ao já complicado trânsito. Em Alagoas a frota de veículos aumentou 12,244% no ano corrente, o que corresponde a um aumento de 42.253 veículos (Fonte: DENATRAN), sem que haja investimentos na infraestrutura rodoviária dos Estados, motivo pelo qual, neste ano iniciamos uma comparação do nº de acidentes com o nº de veículos da Frota do Estado (68,9% dos veículos envolvidos em acidentes em AL são emplacados em AL), criando o índice **Ocorrências por Veículos da Frota do Estado (Ocorrência/Frota)**, considerando não ter ocorrido alteração na malha viária (outro fator agravante). Utilizando-se o novo índice, temos uma REDUÇÃO nos índices de Número TOTAL de Acidentes (Acidentes Sem e Com Vítimas), e AUMENTO no número de Acidentes com Mortos, e nos Números de Vítimas Leves, Graves e Mortos, indicando que houve AUMENTO na gravidade dos Acidentes. Visando um acompanhamento mensal realizou-se um acompanhamento por ocorrências por Frota, sendo que nas ocorrências consideramos um período de 12 meses, ou seja, para obtermos o índice de fev/09, usamos os números de acidentes de mar/08 a dez/08 somando-se aos apurados em jan/09 e fev/09, onde se confirma os maus resultados de Fev/09 e Ago/09, e a tendência de queda no decorrer do ano 2009.*

e) Programação Orçamentária

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
<i>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</i>	<i>30107</i>	<i>301707</i>

I - Programação de Despesas Correntes - Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO;

II - Programação de Despesas de Capital -Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO;

III - Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência - Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO;

IV - Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional - Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO;

IV - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO;

f) Execução Orçamentária

I. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Conforme orientação contida na Consolidação das instruções operacionais que orientarão o preenchimento das partes A e B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de Outubro de 2009, os demonstrativos desse ponto só devem ser preenchidos pelas UJ que também são UO, que não é o nosso caso.

II. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	R\$ 1.746.109,73	R\$ 2.710.728,57	R\$ 1.013.083,09	R\$ 1.354.348,78
Convite	R\$ 79.879,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Tomada de Preços	R\$ 0,00	R\$ 999.847,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Concorrência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pregão	R\$ 1.666.229,78	R\$ 1.710.880,82	R\$ 1.013.083,09	R\$ 1.354.348,78
Concurso	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Consulta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contratações Diretas	R\$ 375.481,48	R\$ 385.171,65	R\$ 311.593,83	R\$ 296.772,83
Dispensa	R\$ 176.204,38	R\$ 122.424,37	R\$ 134.962,98	R\$ 81.946,96
Inexigibilidade	R\$ 199.277,10	R\$ 262.747,28	R\$ 176.630,85	R\$ 214.825,87
Regime de Execução Especial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Suprimento de Fundos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pagamento de Pessoal	R\$ 221.617,14	R\$ 564.156,62	R\$ 221.617,14	R\$ 564.156,62
Pagamento em Folha	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Diárias	R\$ 221.617,14	R\$ 564.156,62	R\$ 221.617,14	R\$ 564.156,62
Outros*	R\$ 25.979,89	R\$ 30.995,29	R\$ 0,00	R\$ 30.035,29

2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 - Despesas de Pessoal	R\$ 25.979,89	R\$ 28.595,29	R\$ 25.979,89	R\$ 28.595,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.979,89	R\$ 28.595,29
08 – Outros Benefícios Assistenciais	R\$ 25.979,89	R\$ 28.595,29	R\$ 25.979,89	R\$ 28.595,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.979,89	R\$ 28.595,29
2 – Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 – Outras Despesas Correntes	R\$ 1.969.578,77	R\$ 2.559.973,99	R\$ 1.969.578,77	R\$ 2.188.162,23	R\$ 428.711,01	R\$ 371.812,26	R\$ 1.540.867,76	R\$ 2.189.614,58
39 – Outros Serviços de Terceiros PJ	R\$ 700.382,75	R\$ 603.717,04	R\$ 700.382,75	R\$ 491.043,05	R\$ 169.276,27	R\$ 112.673,99	R\$ 531.106,48	R\$ 491.043,05
37 – Locação de Mão-de-Obra	R\$ 540.328,50	R\$ 660.532,65	R\$ 540.328,50	R\$ 524.436,07	R\$ 46.701,44	R\$ 136.096,58	R\$ 493.627,06	R\$ 524.436,07
30 – Material de Consumo	R\$ 423.729,93	R\$ 652.702,03	R\$ 423.729,93	R\$ 532.206,69	R\$ 206.141,53	R\$ 120.495,34	R\$ 217.588,40	R\$ 532.206,69
Demais elementos do grupo	R\$ 305.137,59	R\$ 643.022,27	R\$ 305.137,59	R\$ 640.476,42	R\$ 6.591,77	R\$ 2.546,35	R\$ 298.545,82	R\$ 641.928,77

3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 – Investimentos	R\$ 373.629,58	R\$ 1.100.082,35	R\$ 373.629,58	R\$ 27.188,00	R\$ 369.447,48	R\$ 1.072.894,35	R\$ 4.182,10	R\$ 27.188,00
51 – Obras e Instalações	R\$ 79.879,95	R\$ 1.020.956,35	R\$ 79.879,95	R\$ 0,00	R\$ 79.879,95	R\$ 1.020.956,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00
52 – Equipamento e Material Permanente	R\$ 293.749,63	R\$ 79.126,00	R\$ 293.749,63	R\$ 27.188,00	R\$ 289.567,53	R\$ 51.938,00	R\$ 4.182,10	R\$ 27.188,00

4. Evolução dos Gastos

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. Passagens	R\$ 43.630,34	R\$ 75.684,15	R\$ 76.624,16
2. Diárias e Ressarc de Despesas em Viagens	R\$ 377.765,16	R\$ 221.617,14	R\$ 564.156,62
3. Serviços Terceirizados			
3.1. Publicidade (LEGAL-DOU)	R\$ 9.383,04	R\$ 11.654,74	R\$ 9.047,76
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	R\$ 388.473,52	R\$ 439.439,87	R\$ 511.830,63
3.3. Tecnologia da Informação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.4. Outras Terceirizações (APOIO ADM)	R\$ 86.808,60	R\$ 100.888,63	R\$ 148.702,02
4. Cartão Corporativo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5. Suprimento de Fundos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Totais	R\$ 908.067,66	R\$ 851.292,53	R\$ 1.312.370,19

5. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Quanto a alterações significativas ocorridas no exercício

Em relação às Despesas por Modalidade de Contratação, o aumento significativo nas licitações de 2008 para 2009 foi devido principalmente ao fatos de termos conseguido empenhar despesas com reformas dos Postos PRF de Maceió, Palmeira dos Índios e Sebastião, que já se encontravam em estado que demandava esses serviços (com impacto também ocorrendo na tabela de Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa). Houve incremento com a folha de pagamento de pessoal, mas a execução de tais despesas é centralizada na Sede do Departamento, em Brasília.

As despesas com diárias tiveram incremento significativo, haja vista o advento da Operação Galha Azul, face a entrega de cerca de 3.800 quilômetros de rodovias federais no Estado do Paraná, para a responsabilidade do DPRF. Assim, de várias Regionais, inclusive esta, houve deslocamento de policiais para o referido Estado, para suprir emergencialmente o policiamento em tais rodovias. Além do exposto, houve atualização no valor das diárias durante o ano de 2009, o que combinado com a Operação Galha Azul, geral o aumento significativo das despesas com diárias de 2008 para 2009.

Em relação ao campo Outras Terceirizações, tratam-se de dois contratos, de recepcionistas e de telefonistas, assinados respectivamente em agosto e outubro de 2008, que só exerceram impacto a partir de tais meses, portanto, gerando pouca flutuação do ano de 2007 para 2008. Para 2009, além de os valores terem impactado integralmente durante todo o ano, houve repactuação de valor no contrato de recepcionistas tendo em vista a convenção coletiva da categoria.

Quanto ao contingenciamento do exercício

Durante o exercício de 2009 o reflexo da crise econômica iniciada no final de 2007 foi fortemente sentido, as quedas subseqüentes de arrecadação forçaram o governo a reduzir a sua disponibilidade financeira e para nossa decepção a primeira medida tomada foi o corte nos repasses de recursos financeiros indispensáveis para o pagamento das despesas empenhadas, essa alternativa se mostrou bastante corrosiva pois manchou a imagem da administração pública federal que depois de vários anos tinha conseguido a marca de ser boa pagadora, só depois de um longo período de desgaste foi tomada a medida de restringir o crédito orçamentário mas daí o estrago já estava instalado, vários empenhos já liquidados estavam pendentes de pagamento e os fornecedores

tremendamente irritados com a situação, esperamos que em 2010, a partir dos sinais de recuperação que a economia vem apresentando tenhamos um ano mais calmo e de progresso.

III – Execução Orçamentária por Programa de Governo

Demonstrativo da da Execução Orçamentária por Programa de Governo - Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO. Conforme redação constante na Consolidações das Instruções Operacionais que Orientarão o Preenchimento das Partes A e B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de Outubro de 2009, somente deverá ser preenchido pelas UJ que tiverem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA), no nosso caso só a sede do DPRF tem esta responsabilidade.

IV – Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela UJ

AÇÃO	TIPO DA AÇÃO	PRIORIDADE	Execução Física			Execução Financeira		
			META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
2000	A	2	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ			
2003	A	2	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 163.545,00	R\$ 7.179,80	R\$ 7.179,80	R\$ 163.545,00
2524	A	1	31	194	NÃO HÁ	R\$ 21.148,00	R\$ 57.795,81	R\$ 63.575,39
4641	A	4	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 2.530,00	R\$ 2.530,00	R\$ 2.783,00
200G	-	-	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 1.006.378,35	R\$ 1.006.378,35	R\$ 1.107.016,19
8698	A	3	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 308.244,34	R\$ 308.244,34	R\$ 339.068,77
8623	P	1	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 19.633,33	R\$ 19.633,33	R\$ 21.596,66
8703	A	2	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 26.433,89	R\$ 26.433,89	R\$ 29.077,28
4290	A	3	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 2.533,96	R\$ 2.533,96	R\$ 2.787,36
2723	A	1	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 987.449,31	R\$ 987.449,31	R\$ 1.086.194,24
2B11	A	3	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 468,00	R\$ 468,00	R\$ 514,80
4526	A	1	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 11.027,15	R\$ 11.027,15	R\$ 12.129,87
1835	P	2	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 49.796,20	R\$ 49.796,20	R\$ 54.775,82
2816	A	1	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 12.766,22	R\$ 12.766,22	R\$ 14.042,84
8692	-	-	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 982,96	R\$ 982,96	R\$ 1.081,26

g) Indicadores Institucionais

A violência constitui-se em um problema cujo grau de complexidade é consideravelmente alto. De fato, inúmeros fatores estão relacionados diretamente com a escalada desse fenômeno, a maioria dos quais foge à atribuições das polícias. As rodovias federais não estão distantes dessa realidade. Os números relativos às vítimas dos acidentes de trânsito, bem como os crimes praticados nessas vias ratificam essa situação.

No que pertine especificamente aos acidentes de trânsito, a diversidade de fatores relacionada ao problema exprime o alto grau de complexidade do fenômeno. Dentre esses fatores determinantes, podemos citar: o comportamento dos usuários, as condições da via (pavimento, sinalização, geometria da via), o clima, o aumento da frota de veículos, o aumento do número de

condutores recém-formados, o grau de experiência dos condutores em relação à prática de direção em rodovias, o expressivo aumento da frota de motocicletas, a situação econômica do país, a opção política pelo transporte rodoviário de cargas, a carência de efetivo do órgão fiscalizador, dentre outros.

Com relação aos crimes praticados no âmbito das rodovias federais, a amplitude de sua complexidade, bem como as dificuldades para o seu enfrentamento, resguardadas as devidas proporções, não diferem da realidade verificada nos centros urbanos.

Nesse contexto de complexidade tão abrangente, a definição de indicadores que expressem as múltiplas variáveis correlacionadas com tais fenômenos não consiste tarefa de fácil realização.

Os Indicadores Institucionais desenvolvidos pela 13ª SRPRF/AL foram normatizados através da Portaria nº 30 - DG/DPRF/MJ, de 03 de junho de 2009, que “Estabelece os Indicadores de Desempenho para as Unidades Regionais e nova metodologia de Avaliação de Desempenho Individual do efetivo operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.”

A seguir passaremos a apresentar cada um dos indicadores acima discriminados:

1. Percepção de Segurança

1.1 Apresentação do indicador

O Indicador Percepção de Segurança, de acordo com a citada norma, será aferido por pesquisa quantitativa com usuários das rodovias federais, estratificada por critérios de gênero, faixa etária e tipo de veículo.

A pesquisa deverá ser aplicada em todas as Delegacias PRF, com margem de erro de, no máximo, 2,2 %, sendo composta por questionário com perguntas fechadas sobre os seguintes aspectos: vitimização em ocorrências de trânsito e criminalidade, procura pela Polícia Rodoviária Federal, conhecimento do número do telefone de emergência da PRF, confiança na PRF e sensação de segurança ao transitar pelas rodovias federais.

A periodicidade da pesquisa será semestral e sua realização será coordenada, em nível nacional, pela Coordenação Geral de Operações (CGO) do DPRF/MJ e em nível local, pela Seção de Policiamento e Fiscalização (SPF).

A Portaria acima referida, no § 3º do Artigo 2, determina que os chefes de Delegacia deverão efetuar pesquisa por amostragem (via telefone), junto ao universo de usuários fiscalizados, de modo a colher contribuição dessa atividade de fiscalização para o Indicador Percepção de Segurança, levando em consideração aspectos observados pelos usuários quanto à

urbanidade na abordagem, apresentação individual do servidor, clareza e firmeza na orientação. Porém, a citada norma não define de que forma será essa contribuição.

2. Taxa de Variação de Acidentes

2.1 Apresentação do indicador

O indicador Taxa de Variação de Acidentes será aferido pelo número de acidentes registrados na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, conforme dispõe a Portaria nº 30/2009 – DG, no § 2º Artigo 1º.

Destacamos a importância do indicador considerar a variação do número de acidentes em relação à variação da frota nacional de veículos, considerando que o aumento da quantidade de veículos em circulação e o conseqüente acréscimo na quantidade de condutores recém-formados potencializa de forma exponencial o risco da ocorrência de acidentes de trânsito.

2.2 Fórmula de cálculo do indicador

A fórmula utilizada para cálculo do Indicador Taxa de Variação de Acidentes é a seguinte:

$$\text{Taxa de Variação de Acidentes} = (\text{Número de Acidentes} \times 1.000.000) / \text{Frota nacional de veículos}$$

2.3 Meta relativa ao indicador para o exercício de 2009

Para o exercício de 2009, a meta definida pela Portaria nº 30/2009 – DG para o indicador ora apresentado foi de 30,74 acidentes por milhão de veículos da frota nacional.

Considerando aspectos relativos à sazonalidade e às peculiaridades dos diversos segmentos das rodovias federais, a meta do exercício foi desdobrada por mês e por Delegacia, visando proporcionar condições para possíveis correções pontuais ao longo do exercício.

2.4 Utilidade do indicador

O indicador Taxa de Variação de Acidentes está intimamente ligado à missão da Insituição Polícia Rodoviária Federal. A partir do resultado registrado, o gestor pode verificar, de imediato, se a meta definida está ou não sendo alcançada. Dessa forma, o dirigente, a partir do emprego de outros instrumentos disponíveis, a exemplo do sistema de registro dos acidentes (BR-BRASIL) e do Sistema de Informações Gerenciais (SIGER), poderá aprofundar a análise,

diagnosticar a situação e definir a linha de ação mais adequada para reversão de um possível quadro desfavorável.

Na prática, mensalmente, os dados que compõem o indicador são consolidados e analisados por Delegacia. Em seguida, com base nos gráficos de dispersão produzidos e à luz da estratégia implementada faz-se o devido estudo a fim de identificar os pontos fortes e fracos do planejamento.

É importante destacar que, para subsidiar o planejamento do mês subsequente, a Delegacia dispõe antecipadamente do gráfico de dispersão de acidentes relativo ao mesmo mês do exercício anterior.

2.5 Mensurabilidade do indicador

O alto índice de acidentes de trânsito, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tem gerado vultuosa deseconomia ao nosso País, constituindo-se em um dos grande problemas da sociedade moderna. De forma bastante simples, o indicador Taxa de Variação de Acidentes permite ao gestor acompanhar a “evolução” desse quadro, bem como avaliar, rápida e objetivamente, os resultados registrados em determinado período.

Com relação à auditabilidade, o indicador não oferece dificuldades, pois sua fórmula emprega apenas duas informações facilmente acessíveis, a saber: o total de acidentes no período a ser avaliado e a frota nacional de veículos. O primeiro dado é obtido através dos sistemas disponibilizados pelo DPRF/MJ (ROD ON LINE e BR-BRASIL), enquanto o segundo é fornecido pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), através do endereço eletrônico www.denatran.gov.br.

No que tange aos custos decorrentes do processo de produção do indicador, não há como quantificá-los em razão da impossibilidade de dissociá-los dos custos decorrentes das atividades operacionais do órgão. Podemos afirmar, porém, que os referidos dispêndios são mínimos e, portanto, adequados e compatíveis à utilidade do indicador em comento.

3. Taxa de Mortalidade

3.1 Apresentação do indicador

O indicador Taxa de Mortalidade será aferido pelo número de mortes registradas na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, conforme dispõe a Portaria nº 30/2009 – DG, no § 3º Artigo 1º.

Registramos, a exemplo do que fizemos por ocasião da apresentação do Indicador Taxa de Variação de Acidentes, a importância do indicador considerar a variação do número de mortes em relação à variação da frota nacional de veículos.

3.2 Fórmula de cálculo do indicador

A fórmula utilizada para cálculo do Indicador Taxa de Variação de Acidentes é a seguinte:

$$\text{Taxa de Mortalidade} = (\text{Número de Mortes} \times 1.000.000) / \text{Frota nacional de veículos}$$

3.3 Meta relativa ao indicador para o exercício de 2009

Para o exercício de 2009, a meta definida pela Portaria nº 30/2009 – DG para o indicador ora apresentado foi de 7,95 mortes por milhão de veículos da frota nacional.

Seguindo a metodologia aplicada ao indicador Taxa de Variação de Acidentes, conforme explicitamos anteriormente, a meta relativa ao exercício foi desdobrada por mês e por Delegacia.

3.4 Utilidade do indicador

O indicador Taxa de Mortalidade está diretamente relacionado à missão da Polícia Rodoviária Federal. Além disso, partindo do resultado registrado, o gestor pode verificar, de imediato, se a meta definida está ou não sendo alcançada.

Assim, à luz do indicador e através do emprego dos sistemas disponibilizados pelo DPRF/MJ, o gestor tem condições de produzir informações para subsidiar a definição de uma estratégia mais adequada, caso haja necessidade de modificá-la.

As informações obtidas nesses sistemas, após serem devidamente trabalhadas, apontam, por exemplo, para os trechos mais críticos em relação aos acidentes com mortes, para os tipos de acidentes que geram mortes, para os tipos de veículos envolvidos em acidentes com mortes, indicam se houve ingestão de álcool por parte dos condutores, dentre outras informações relevantes para a tomada de decisão relativa à estratégia de enfrentamento do problema.

3.5 Mensurabilidade do indicador

A deseconomia gerada pelos acidentes de trânsito manifesta sua face mais cruel no alto índice de mortes, decorrente do atual cenário produzido pelo trânsito. Esse quadro agrava-se

ainda mais quando acrescentamos o prejuízo emocional a que ficam submetidas as famílias das vítimas. O indicador Taxa de Mortalidade mensura de forma simples a “evolução” desse quadro, permitindo ao gestor verificar, rápida e objetivamente, os resultados registrados no decorrer do período a ser avaliado.

Os referidos resultados são auditáveis, pois a fórmula do indicador emprega apenas duas informações facilmente acessíveis, a saber: o total de mortes no período a ser avaliado e a frota nacional de veículos. O primeiro dado é obtido através dos sistemas disponibilizados pelo DPRF/MJ (ROD ON LINE e BR-BRASIL), enquanto o segundo é fornecido pelo DENATRAN, conforme dispusemos anteriormente.

Com relação aos custos decorrentes do processo de produção, o comentário registrado para o indicador Taxa de Variação de Acidentes também se aplica ao indicador ora analisado.

4. Procedimentos de Fiscalização

4.1 Apresentação do indicador

O indicador Procedimentos de Fiscalização será aferido pela quantidade de veículos fiscalizados, quantidade de pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia aplicados aos condutores de veículos, conforme dispõe a Portaria nº 30/2009 – DG, no § 4º Artigo 1º.

Os procedimentos de fiscalização devem ser registrados diariamente em planilhas específicas, conforme modelos definidos através da Portaria acima referida. As equipes em serviço serão responsáveis pela realização desses registros, cabendo ao Chefe da Delegacia o acompanhamento da tarefa.

4.2 Fórmula de cálculo do indicador

O indicador Procedimentos de Fiscalização corresponde à soma das quantidades de veículos fiscalizados, pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia aplicados, ou seja:

Procedimentos de fiscalização = fiscalizações realizadas (veículos + pessoas) + testes alcoolemia realizados

4.3 Meta relativa ao indicador para o exercício de 2009

Para o exercício de 2009, a meta definida pela Portaria nº 30/2009 – DG para o indicador ora apresentado foi de 151,942 procedimentos de fiscalização.

Por meio da Instrução de Serviço 01/2009 – 11ª SRPRF/PE, a meta da Regional foi distribuída proporcionalmente para as Delegacias, adotando-se como parâmetro o efetivo operacional disponível em cada uma das descentralizadas; estas ficaram com a responsabilidade de distribuir a meta entre os postos sob sua circunscrição.

Com relação à distribuição da meta por tipo de procedimento, a norma acima referida assim definiu: 60 % para fiscalização de veículos, 30 % para fiscalização de pessoas e 10 % para os testes de alcoolemia.

4.4 Utilidade do indicador

O indicador Procedimentos de Fiscalização é utilizado notadamente para aferir a ação principal da Polícia Rodoviária Federal realizada com a finalidade de reduzir o índice de acidentes e suas conseqüências, bem como prevenir ações criminosas.

Ademais, com base na análise dos resultados registrados nos outros três indicadores, o gestor tem condições de verificar, por exemplo: se há necessidade de intensificar determinado tipo de procedimento; se o procedimento está sendo realizado de forma eficiente; se está produzindo os efeitos desejados, dentre outros aspectos.

Outro ponto relevante nesse contexto é que há relação direta entre as ações de fiscalização e a sensação de segurança, ou seja, a intensificação dessas ações refletem positivamente no aspecto sensação de segurança.

4.5 Mensurabilidade do indicador

A fiscalização, conforme dispusemos anteriormente, é a principal ação da instituição Polícia Rodoviária Federal, considerando o aspecto preventivo de sua missão. O indicador Procedimentos de Fiscalização responde satisfatoriamente à necessidade de quantificar, de forma simples e objetiva, o grau de sua realização.

A seguir, os Indicadores Institucionais, referindo-se tão somente ao segundo semestre de 2009, relativamente à fiscalização de alcoolemia, tendo em vista a época de lançamento da supracitada portaria:

TOTAL 2º SEMESTRE 2010

DELEGACIA	VEÍCULOS FISCALIZADOS	PESSOAS FISCALIZADAS	FISCALIZAÇÃO DE ALCOOLEMIA			META	REALIZADO	%
			TOTAL DE TESTES	AUTUAÇÕES	PRISÕES			
1ª Delegacia	13.338	4.377	10.038	126	42	28.704	27.753	96,69%
2ª Delegacia	13.192	6.136	9.493	45	17	28.704	28.821	100,41%
3ª Delegacia	7.474	8.922	5.855	62	33	19.136	22.251	116,28%
SPF	1.046	821	812	26	7	-	2.679	3,24%
NOE	584	435	41	1	0	-	1.060	1,28%
TOTAL	35.634	20.691	26.239	260	99	76.544	82.564	107,86%

3. RECURSOS HUMANOS

a) Composição dos Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009						
Regime do Ocupante do cargo		Lotação Efetiva		Lotação Autorizada*		Lotação Ideal*
Estatutários						
	Próprios		173			
	Requisitados		-			
Celetistas			-			
Cargos de Livre Provisão						
	Estatutários		1			
	Não Estatutários		-			
Terceirizados						
TOTAL			174			

* - A critério do DPRF com sede em Brasília-DF.

Composição e Custos de Recursos Humanos nos Exercícios 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO									
Tipologia	Qtd	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações			
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)									
2007	186	R\$ 14.291.407,87	R\$ 66.734,89	R\$ 1.794.027,34	R\$ 516.129,16	R\$ 359.890,06			
2008	178	R\$ 14.457.356,40	R\$ 81.802,08	R\$ 2.127.607,78	R\$ 468.700,14	R\$ 344.529,60			
2009	173	R\$ 16.238.143,06	R\$ 83.391,03	R\$ 2.161.588,51	R\$ 569.326,23	R\$ 332.158,05			
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)									
2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)									
2007	1	-	R\$ 34.321,41	R\$ 3.777,63	-	R\$ 1.512,00	-	-	-
2008	1	-	R\$ 46.404,90	R\$ 4.042,06	-	R\$ 1.512,00	-	-	-
2009	1	-	R\$ 48.504,72	R\$ 4.042,06	-	R\$ 1.512,00	-	-	-
Requisitados com ônus para a UJ									
2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Requisitados sem ônus para a UJ									
2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
QUADRO TERCEIRIZADO									
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários		
	Qtd	Custo	Qtd	Custo	Qtd	Custo	Qtd	Custo	
2007									-
2008									-
2009									20 R\$ 23.343,39

b) Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009: Não se aplica a UJ.

c) Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos – abaixo apresentamos alguns números relativos ao recursos humanos da nossa UJ contudo até o momento não utilizamos tais informações como indicadores para tomada de decisão.

FAIXA ETÁRIA

<i>FAIXA ETÁRIA (IDADE)</i>	<i>Quantidade de servidores</i>
<i>25 a 30 anos</i>	<i>17</i>
<i>31 a 40 anos</i>	<i>84</i>
<i>41 a 50 anos</i>	<i>43</i>
<i>51 a 60 anos</i>	<i>23</i>
<i>61 a 64 anos</i>	<i>5</i>

NIVEL SALARIAL

<i>Faixa remuneração em reais</i>	<i>Quantidade de servidores</i>
<i>3000 a 5000</i>	<i>11</i>
<i>6000 a 7000</i>	<i>56</i>
<i>7500 a 8700</i>	<i>48</i>
<i>9000 a 9700</i>	<i>57</i>

FORMAÇÃO ACADÊMICA

NÍVEL	Quantidade
Fundamental incompleto	1
Fundamental	1
Ensino Médio	79
Ensino Superior	91

d) Análise Crítica sobre a situação dos Recursos Humanos

Apesar das diretrizes de recursos humanos serem emanadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ, entendemos que a falta de uma contínua manutenção dos quadros de pessoal tem causado grandes prejuízos às atividades da instituição;

Mesmo com os concursos realizados nos últimos anos, o efetivo ainda encontra-se defasado para cumprir a missão institucional do órgão, existem localidades em que por escala só estão presentes dois servidores, o que dificulta a realização das tarefas;

Acreditamos que a solução para suprir tal defasagem, seria a implantação de uma política de concursos anuais e regulares que busquem reconduzir o efetivo ao patamar mínimo admissível em função das inevitáveis aposentadorias, mortes e desligamentos;

Atualmente, devido a falta falta de servidores habilitados e especificamente concursados para exercer as atividades administrativas, vários PRF's estão exercendo essas atividades, o que seria sanado com a implantação e reestruturação dos cargos do quadro especial da Polícia Rodoviária Federal;

Com relação a manutenção atual da quantidade de servidores terceirizados também depende diretamente do crescimento do quadro de Policiais, e, em especial, do ingresso de servidores administrativos, pois atualmente grande parte das atividades meio são desenvolvidas por essa força de trabalho;

Com o incremento das ações de capacitação e a implantação de novas tecnologias por parte do Departamento, houve uma multiplicação das capacidades, fazendo com que a realização de missões fossem encampadas cada vez mais por um menor número de servidores;

No que se refere ao bem estar dos servidores, um fato positivo foi a criação, no âmbito do Departamento, do projeto PROSSERV, projeto esse que está sendo implantado nesta Regional de forma que, regularmente, será oferecido aos servidores uma bateria de exames com o objetivo de avaliar e acompanhar os indicadores de saúde e, em especial, sugerir alterações nos hábitos de cada um, tudo voltado para melhoria na qualidade de vida.

5. PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR - Exercício 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 1.243,90	R\$ 0,00	R\$ 1.243,90	R\$ 0,00
2007	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 796.164,59	R\$ 69.353,47	R\$ 702.167,45	R\$ 24.643,67
2007	R\$ 15.864,00	R\$ 14.476,98	R\$ 1.387,02	R\$ 0,00

I - Análise Crítica sobre a Gestão do Pagamento de Restos a Pagar de Exercícios

Face a ocorrência comum de liberação de créditos nas proximidades do encerramento do exercício financeiro, é comum ocorrerem inscrições de restos a pagar, o que é o fator que largamente cooperou pelo alto valor inscrito ao final de 2008.

Além do exposto, mantivemos questionamento sobre valores cobrados pela Embratel durante o ano de 2007, o que manteve desde aquela época, uma inscrição de R\$2.814,50, dos quais ao fim foram cancelados R\$1.427,48, sendo efetivamente pagos R\$1.387,02. Tal questionamento reduziu a realização de tal despesa em mais de 50%.

Houve uma inscrição em restos a pagar, em 2007, totalizando o valor de R\$9.985,56, que foi totalmente cancelada. Tratava-se de aquisição de uniforme, onde o fornecedor não conseguiu atender aos parâmetros previstos em edital, do produto fornecido.

Por fim, ainda no mesmo ano em análise, foram empenhadas despesas com aquisição de fontes de alimentação para computadores e estabilizadores de tensão, material este que o fornecedor acabou por não conseguir entregar, havendo cancelamento integral da Nota de Empenho.

6. da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de Outubro de 2009

Quadro de Detalhamento de Transferências - Não Ocorreu no período

7. da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de Outubro de 2009 - não se aplica a essa UJ.

8. da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de Outubro de 2009 - não se aplica a essa UJ.

9. da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de Outubro de 2009

Renúncias Tributárias concedidas pela UJ - Não Ocorreu no período

Valores concedidos a título de renúncia de receita e respectiva contrapartida - Não Ocorreu no período

Usufrutuários Diretos da Renúncia - Pessoas Físicas - Não Ocorreu no período

Usufrutuários Diretos da Renúncia - Pessoas Jurídicas - Não Ocorreu no período

Beneficiários da Renúncia - Pessoas Físicas - Não Ocorreu no período

Beneficiários da Renúncia - Pessoas Jurídicas- Não Ocorreu no período

Aplicação de Recursos de Renúncia de Receita pela própria UJ - Não Ocorreu no período

Prestações de Contas de Renúncia de Receitas - Não Ocorreu no período

Indicadores de Gestão de Renúncia de Receitas - Não Ocorreu no período

Declaração sobre a regularidade dos beneficiários - Não Ocorreu no período

10 - da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de Outubro de 2009 - não se aplica a essa UJ.

11. Deliberação dos Órgãos de Controle

a) Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno - Não houve no período

b) Relatório de cumprimento das deliberações do TCU - Não houve no período

12. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

a) Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

<i>ATOS</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>REGISTROS NO SISAC</i> <i>Quantidade</i>
<i>Admissão</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Desligamento</i>	<i>4</i>	<i>0</i>
<i>Aposentadoria</i>	<i>1</i>	<i>0</i>
<i>Pensão</i>	<i>4</i>	<i>0</i>

Obs: Todo o procedimento de concessão e cadastro no SISAC é realizado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília-DF, logo as diferenças existentes entre a quantidade dos eventos e os registros no SISAC são de responsabilidade daquele órgão.

13. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

DECLARAÇÃO

Declaro para os fins do Relatório de Gestão 2009, em cumprimento ao contido no item 13, parte A, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100 de 07 de Outubro de 2009 publicada no DOU nº 208 de 30/10/2009, bem como para atender ao que estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768/2008, que as informações relativas aos contratos, com a identificação das respectivas categorias de programação, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, com o módulo cronograma implantado.

Maceió-AL, 31 de Março de 2010

Breno Carneiro Peixoto

Chefe da Seção Administrativa e Financeira - Substituto

B- Informações Contábeis da Gestão

1. Declaração do contador responsável

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
13ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/AL		200129	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios: A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	04 de março de 2010
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

Declaração do Contador enviada por e-mail, pelo Sr. José Carlos Gomes, Coordenador de Contabilidade do Ministério da Justiça